

Aprovação do Plano Municipal de Educação: era possível!

Nós, da ATEM, sentimos orgulho em fazer parte da maior mobilização dos servidores municipais dos últimos 10 anos. Nesse sentido, parabenizamos todos os professores, funcionários, coordenadores, diretores e supervisores que acompanharam o processo de votação do PME na Câmara Municipal. Isso porque, demos uma resposta ao discurso do ‘projeto possível’ que culminou em acordos a portas fechadas sem a participação dos trabalhadores. Porém, com a pressão da categoria, o acordo foi desfeito e mostramos nossa força.

A ATEM iniciou a luta para que todos os profissionais da educação participassem da elaboração do PME. Nesse processo, para tentar legitimar a participação dos trabalhadores, a SME chamou o sindicato dos servidores e outros, como a APEOSP, na busca de neutralizar nossas críticas.

Contudo, a ATEM não busca legitimar-se via SME, para qualquer discussão. Nós queremos a legitimidade e reconhecimento dos trabalhadores! Não queremos a “confiança” da SME! Queremos a confiança dos trabalhadores! Por isso, nossa reivindicação não era fazer parte de “reuniões fechadas”, queríamos a PARTICIPAÇÃO DIRETA DOS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO!

O que faremos após a aprovação do PME sem as reivindicações dos trabalhadores?

Continuaremos mobilizados e pressionando para que nossas pautas específicas sejam atendidas. Panfletaremos na porta das escolas e nas ruas; daremos visibilidade a nossas reivindicações na sociedade. Por

Da construção a aprovação do PME: “juntos somos fortes”

Pressionamos para a inclusão das reivindicações dos trabalhadores no projeto e acreditamos que era possível avançarmos em nossas reivindicações. Apresentamos propostas e fomos para a audiência pública convocada pela SME. Na ocasião, fomos a ÚNICA ENTIDADE a apresentar propostas em todas as metas e saímos do espaço com um compromisso do Promotor da Vara da Infância e da Juventude que tínhamos outros espaços para apresentarmos nossas propostas. O que a SME fez? Descumpriu o compromisso do promotor e em acordo com “os amigos dos sindicatos” encaminhou o projeto para a Câmara Municipal sem a discussão com os trabalhadores.

O tema “educação” tomou visibilidade no município por causa de valorosos professores, funcionários, diretores, coordenadores e supervisor

isso, chamamos todos os professores, funcionários, diretores, coordenadores e supervisores a se somarem nessa luta em defesa da Educação.

que denunciaram a traição dos “representantes dos trabalhadores” e o completo desrespeito no processo de construção do PME.

A sessão da Câmara mostrou os conchavos para a aprovação do PME sem discussão democrática. Saímos com o sentimento de vitória e de dever cumprido e com absoluta certeza que devemos confiar em nossas forças, pois “juntos somos fortes”. Essa sessão mostrou a reprodução da politicagem praticada por aquelas organizações que no passado representavam os trabalhadores e hoje governam contra os trabalhadores.

Continuaremos na luta e na defesa incondicional dos trabalhadores; e pela construção de uma Educação de qualidade, pública, laica e estatal.

Vamos à Luta!

FUNDEB: Vitória dos Trabalhadores em Educação

A Eleição do Conselho Municipal do FUNDEB demonstrou a confiança e força dos trabalhadores com a maior votação da história.

Vamos à Luta

Resultado

Professor

Titular Fabio - 842 votos

Suplente Carla - 161 votos

Diretora de Escola

Titular Adriana - 41 votos

Suplente Sílvia - 22

Funcionário

Titular Fabiano - 93

Suplente Fábio Gioli - 86

Pais ou Responsáveis

Titular Iara - 953 votos

Titular Eliana - 511

Suplente Daniela - 477

Suplente Joana 317

Violência na Escola: de qual violência falamos?

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento, mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem”

Bertolt Brecht

Recentemente foi encaminhando um panfleto para as escolas na tentativa de criminalizar os trabalhadores que questionavam o PME antidemocrático. Queremos resgatar essa discussão do ponto de vista correto, pois é um dos temas que mais atinge os trabalhadores em educação na atualidade.

A causa da violência escolar

A violência escolar não deve ser tratada como problema social isolado das questões sociais. Entretanto, não devemos ser punidos com a intensificação desses conflitos no interior da escola. A violência inicia-se pela política de Estado ao não garantir os direitos sociais à juventude como a Educação, Saúde, Emprego, Lazer, Moradia, jogando-a na criminalidade e aumentando os conflitos sociais em nossa sociedade.

Esses conflitos intensificam-se com o agravamento das condições precárias de trabalho nas

escolas, nas quais temos verdadeiras “latas de aula”, devido ao número insuficiente de escolas, impossibilitando que crianças e jovens estudem próximos de sua residência e com acompanhamento de seus responsáveis.

A redução do número de alunos por sala e do tamanho da Unidade Escolar diminuiria a intensificação desses conflitos. Outra política necessária seria garantir aos profissionais da educação o tempo em seu horário de trabalho para o envolvimento com a comunidade atendida na Escola. Mas nem a Lei Federal 11.738/2008 (1/3 da jornada) não é cumprida no município.

As consequências!

Somos agredidos por não termos nossos direitos garantidos, como a valorização necessária e agredidos

pela falta de condições de trabalho que deveria ser atendida pela SME. Ainda somos responsabilizados pelo fracasso escolar. Essas agressões punem duplamente os trabalhadores: 1) física e mental, por destruir sua saúde, 2) por destruir o sonho de possibilitar um futuro diferente para nossos alunos.

A saída necessária para resolvermos os problemas da violência escolar.

Existem as Leis Municipal 10.572/10 e a 10.140/08 que têm como objetivo discutir e implementar medidas de prevenção a violência, agressão e proteção às vítimas, sejam elas alunos e Educadores. Entretanto, a Secretaria Municipal de Educação e a Prefeitura não as tiraram do papel.

Devemos nos proteger de futuras doenças. Por isso, estamos disponibilizando nossa assessoria jurídica para todos os trabalhadores que desejam exigir danos morais ao município por não cumprirem a legislação de proteção ao trabalhador.

Para iniciar a diminuição

a violência escolar é necessária:

- 1) Implementar as Leis Municipais 10.572/10 e a 10.140/08
- 2) o Conselho Tutelar deve pressionar a Prefeitura para garantir os direitos da juventude e não apenas a escola
- 3) Diminuir o número de alunos por sala,
- 4) Garantir os direitos dos trabalhadores,
- 5) implementar a lei 11.738/08 imediatamente,
- 6) construir o plano de carreira para os funcionários,
- 7) revisar o módulo para garantir mais funcionários nas escolas,
- 8) construir mais escolas para diminuir o número de alunos por unidade.
- 9) diminuir a jornada de trabalho, sem redução salarial.

Filie-se à ATEM



A importância do CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho)

O CAT deve ser feito após agressão verbal ou física sofrida em trabalho, independentemente do agressor. O trabalhador deve passar pela unidade de saúde (pública ou particular) e após esse procedimento, tem 24 horas para apresentar o CAT ao SESMT. Esse procedimento é importante para não termos prejuízo previdenciário e comprovar futuros afastamentos ou aposentadoria precoce.